



A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NO TURISMO COMUNITÁRIO DA BAHIA:

*reflexões a partir da atuação da
Reserva Pataxó da Jaqueira
e da Rede Batuc*

*Alicia Araújo da S. Costa¹
Aline Santos Bispo²*

-
- 1 Doutoranda em Estado e Sociedade (UFSB). Mestre em Estado e Sociedade/ UFSB (2020). Especialista em Neurociência, Psicologia Positiva e Mindfulness/ PUC (2022). Especialista em Produção Cultural, Arte e Entretenimento/Unileya (2020). Graduação em Ciências Humanas/ UFSB (2021). Graduação em Negócios Administração/ UNIFACS (2017). Bolsista FAPESB. E-mail: alicia.araujocosta@gmail.com].
 - 2 Doutoranda em Estado e Sociedade (UFSB). Mestre em Estado e Sociedade/ UFSB (2020). MBA em Gestão Empresarial/ USP (2021). Especialista em Ensino para Profissionais e Tecnológicos Formação Acadêmica/IFES (2021) Graduação em Administração de Empresas/ IFBA (2016). Graduação em Turismo e Hotelaria/UNEB (2010). Docente da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Membro de Comissão da Rede BATUC – Turismo Comunitário da Bahia. Bolsista CAPES. E-mail: alinebispo.sa@gmail.com].

RESUMO

Desde o início dos anos 2000, são múltiplas as estratégias e os esforços sendo levados a cabo pelo povo Pataxó no sentido de ressignificar e se apropriar da arena turística da Terra Indígena da Coroa Vermelha. Dentre elas, destaca-se o etnoturismo, uma modalidade turística autônoma de base comunitária. Tomando como objeto de análise a contribuição ativa da Reserva Pataxó da Jaqueira para o Turismo da Bahia sob a perspectiva da sua participação na Rede Batuc – Turismo Comunitário da Bahia, o presente artigo busca evidenciar, mediante pesquisa bibliográfica e observação participante, a importância da organização de comunidades subalternizadas em redes solidárias e colaborativas, com vistas à ampliação e ao fortalecimento do turismo de base comunitária para muito além do nível local.

Palavras-chave: turismo comunitário; etnoturismo; Pataxó; Bahia.

ABSTRACT

Since the beginning of the 2000s, multiple strategies and efforts have been carried out by the Pataxó people in order to re-signify and appropriate the tourist arena of the Indigenous Land of the Coroa Vermelha. Among them, Ethno tourism stands out, an autonomous community-based tourism modality. Taking as an object of analysis the active contribution of the Pataxó da Jaqueira Reserve to Tourism in Bahia from the perspective of its participation in the Batuc Network – Bahia Community Tourism this article seeks to highlight, through bibliographic research and participant observation, the importance of organizing subaltern communities in networks solidarity and collaboration, with a view to expanding and strengthening community-based tourism far beyond the local level.

Keywords: community tourism; ethno tourism; Pataxó; Bahia.

INTRODUÇÃO

Desde o início dos anos 2000, são múltiplas as estratégias e os esforços sendo levados a cabo pelo povo Pataxó no sentido de ressignificar a arena turística da Coroa Vermelha, a fim de se apropriarem criativa e autonomamente do turismo, em um fenômeno caracterizado por Neves (2012) como indianização do turismo.

Ao estudar os processos de mudança cultural no turismo a partir da experiência indígena, tomando como caso etnográfico os Pataxó da Coroa Vermelha, Neves (2016) argumenta que o turismo ainda continua a ser encarado como um campo engessado e pouco inventivo, com “fórmulas pré-prontas” e que, nesse sentido, as experiências indígenas, a exemplo da forma como os Pataxó se apropriam do turismo, apresentam caminhos criativos que convergem para uma mudança cultural substancial no campo do turismo:

Visto como conjunto de passos a ser seguido de maneira sempre igual, tal qual um processo industrial, o planejamento terminaria irrefreavelmente resultando sempre

em um conjunto pré-estabelecido e quase imutável de impactos sociais, culturais, ambientais e econômicos. Contudo, a experiência empírica tem demonstrado de formas cada vez mais inquestionáveis que, tanto o conjunto de passos, quanto seus resultados, os impactos, podem ser imensamente diferentes nos diversos lugares do mundo. (NEVES, 2016, p. 7)

Segundo o autor, “[...] o caso Pataxó colabora para o entendimento a respeito [...] dos tais passos a serem seguidos para o planejamento da atividade turística (NEVES, 2016)”. Neves (2016) chama atenção para o fato de que, a partir do momento em que decidiram operar o turismo, os Pataxó não se deixaram assimilar pelo modelo ou “conjunto de passos imposto” (NEVES, 2016), mas encontraram suas próprias formas de planejar e praticar turismo. O estudo demonstra como essas comunidades “[...] podem atuar no turismo de modo a preservar o seu senso de identidade e como, no processo, terminam por modificar o próprio turismo”. (NEVES, 2016, p. 1)

Como iremos demonstrar ao longo do presente artigo, uma das formas pelas quais os Pataxó vêm modificando o turismo na região e, nesse movimento, fortalecendo sua identidade étnica, se dá pela via do Turismo de Base Comunitária (TBC), na medida em que essa modalidade “[...] tende a contrapor os pressupostos do lucro corporativo, a opacidade nas formas de gestão e o controle vertical do património natural e cultural, permitindo o protagonismo de novos atores”. (LEÃO, 2016, p. 647) Costa (2020) exemplifica o referido argumento ao afirmar que o protagonismo indígena em iniciativas turísticas se configura como uma importante estratégia de afirmação cultural das comunidades Pataxó na chamada Costa do Descobrimento.

Considerando que a autonomia e o protagonismo das comunidades na gestão das iniciativas turísticas em seus territórios são algumas das premissas do TBC, uma questão importante a se pensar é o caráter estratégico da escolha, pelas comunidades, dos seus eventuais

parceiros e apoiadores. Nessa mesma direção, Leão (2016) chama atenção para o fato de que

[...] é preciso ter em conta se as formas de organização e as escolhas das parcerias estimulam ou não a horizontalidade nas relações, a partilha de poderes e saberes, a transparência e a confiança, entre outros aspectos associados às formas de cooperação e solidariedades ‘desejadas’, que permitam o amadurecimento dessas experiências e não comprometam a sua longevidade. (LEÃO, 2016, p. 651)

Partindo dessa problemática, este artigo toma como objeto de estudo a parceria entre a Reserva Pataxó da Jaqueira e a Rede Batuc – Turismo Comunitário da Bahia, uma organização comunitária de fomento ao Turismo Comunitário na Bahia fundada em 2019 e cuja capilaridade se estende a 33 iniciativas autônomas de TBC em comunidades tradicionais espalhadas por todo o estado da Bahia. O objetivo do estudo é destacar e refletir acerca da contribuição ativa da Reserva Pataxó da Jaqueira para o Turismo da Bahia, sobretudo no que diz respeito a iniciativas protagonizadas por comunidades tradicionais.

O que pretendemos demonstrar a partir de um exercício empírico e reflexivo é o modo que a atuação da Reserva da Jaqueira, enquanto um turismo feito pela comunidade para a comunidade, não só fortalece a própria identidade étnica Pataxó, como contribui para o fortalecimento e para o crescimento da própria Rede de Turismo de Base Comunitária da Bahia, em uma via de mão dupla.

A metodologia utilizada para a construção do trabalho foi a observação participante da atuação de ambas as entidades entre os anos de 2019 e 2020, subsidiada pela pesquisa bibliográfica. A esta última deu-se enfoque à literatura antropológica dedicada aos estudos sobre turismo, por entendermos que esta abordagem prioriza uma visão humanística e crítica da atividade turística a qual consideramos ser a mais alinhada com os propósitos e os objetivos do Turismo e, sobretudo, do Turismo de Base Comunitária. De fato, faz algum tempo que pesquisadores da área do turismo reclamam a necessidade de

construção de uma epistemologia própria para o estudo do turismo de modo que este seja visto como um fenômeno social contemporâneo, de caráter humano, em que o protagonista é o sujeito, seja como produtor ou consumidor dessa prática social. (RAMIRO, 2019) Partindo dessas considerações, este texto situa-se no âmbito dos estudos do turismo do ponto de vista antropológico. Nesse mesmo sentido, optamos por trabalhos que partam de situações etnográficas e do arcabouço teórico e epistemológico da antropologia e, sob tal perspectiva, analisam o fenômeno turístico no contexto Pataxó, precisamente na Terra Indígena da Coroa Vermelha. (CESAR, 2011; NEVES, 2012, 2016; PATAXÓ, 2018; COSTA, 2020)

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na primeira seção, apresentamos a Rede Batuc e seu escopo de atuação. Na segunda seção, descrevemos a atividade etnoturística da Reserva da Jaqueira e de que forma ela contribui para a valorização do patrimônio cultural e afirmação da identidade Pataxó. Na terceira seção, destacamos a importância da iniciativa para o Turismo da Bahia, destacando os principais aspectos da sua participação na Rede. Na última seção, reservada às considerações finais, buscamos refletir, a partir do caso da Jaqueira, sobre a importância da organização de comunidades subalternizadas em redes solidárias e colaborativas, a fim de ampliar, fortalecer e potencializar o turismo de base comunitária para muito além do nível local.

APRESENTAÇÃO DA REDE BATUC – TURISMO COMUNITÁRIO DA BAHIA

A Rede Batuc (Turismo Comunitário da Bahia) surgiu do Movimento de Turismo Comunitário que, nos anos 2000, já discutia e trocava experiências e aprendizados do turismo protagonizado por comunidades. A Rede tem como antecedentes o projeto de turismo comunitário gerido através da Associação Estrela Brasil, apoiado pela Travel Foundation e o Centro Ecumênico de Serviços (Cese), em parceria com iniciativas populares do Calafate, Uruguai, Alto do Cabrito, Dois de Julho, Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

Calçada, Plataforma e ainda de ações desenvolvidas em comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos rurais que iniciaram, muitas vezes por conta própria, atividades relacionadas ao turismo.

Em 2015, lideranças comunitárias, professores, estudantes, pesquisadores, profissionais do turismo, entre outros, estiveram reunidos no II Encontro da Turisol – Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário, em Brasília, e assim iniciaram um movimento em favor do turismo comunitário da Bahia, que em 2019 viria a ser denominado como Rede e batizado como Rede Batuc em 2020.

Desde então, a Rede Batuc se tornou uma articulação de organizações comunitárias que, junto aos outros membros na condição de colaboradores, parceiros e apoiadores, trabalham em prol do turismo comunitário. Não obstante, vale destacar que, muito além do fomento ao turismo comunitário, a atuação da Rede é pautada nos princípios da sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais, da solidariedade, da ancestralidade como elemento de resistência e da valorização dos saberes e fazeres tradicionais pela via do turismo.

Como resultados destes esforços tem-se a realização do II Fórum Geral de Turismo Sustentável, no âmbito do Fórum Social Mundial de 2018, a aprovação da Lei 14.126/2019, que institui a política de Turismo Comunitário no estado da Bahia, a participação na Feira Baiana de Agricultura Familiar e Economia Solidária, evento ocorrido na programação da Fenagro, a seleção entre os três premiados do Desafio de Inovações em Turismo Sustentável da Ashoka Brasil em parceria com a China Three Gorges (CTG) Brasil, além da participação em diversos eventos relacionados ao Turismo Comunitário e Sustentável em âmbito local e nacional.

Atualmente, participam da Rede 33 iniciativas de turismo comunitário, sendo elas comunidades/povos organizados do campo e da cidade como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, marisqueiras e pescadores, assentados da reforma agrária, comunidades de fundo de pasto, de bairros periféricos, além de guias, monitores e educadores de turismo que têm se dedicado para gerir e planejar o turismo

comunitário em prol do reconhecimento e da sustentabilidade dos seus fazeres cotidianos das comunidades envolvidas. Estas iniciativas estão localizadas em 24 municípios, 10 territórios de identidade e seis zonas turísticas do estado da Bahia.

Entre os princípios que conduzem os trabalhos da Rede está a visão do turismo como mais um elemento que cria pontes, ao passo em que pode gerar resultados positivos para as economias dos territórios que o praticam, desde que seja gerido e protagonizado por suas próprias comunidades locais organizadas. Para isso, a Rede enfatiza que o turismo comunitário é uma atividade auxiliar, frente às diversas atividades do cotidiano das comunidades, sendo ele, o turismo, tratado como um meio, e não como uma finalidade.

Nos últimos tempos, diversos segmentos, modalidades e formas de atuação diferenciadas visam transformar culturas historicamente marginalizadas em atrativos turísticos. Na visão de Ramiro (2019),

indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, assentados de áreas de reforma agrária, entre outros, passam, cada vez mais, a servir de atores para encenação de sua própria cultura, ou da imagem que desejam passar sobre si mesmos aos turistas. Não é apenas o olhar do outro que é alvo dessa encenação, mas também o olhar sobre si mesmo que se vê reconstruído para e pelo turismo. (RAMIRO, 2019, p. 8-9)

A partir de tais considerações, nota-se que o turismo se revela como um espaço privilegiado para observação da alteridade, conforme a hipótese levantada por Cousin e Apchain (2019) de que a questão da alteridade pode constituir o paradigma estruturante de uma abordagem especificamente antropológica do turismo, uma vez que se situa tanto no centro do método antropológico quanto na relação turística.

Ramiro (2019) é pontual ao afirmar que o Brasil se apresenta como um bom laboratório para análise da prática do turismo. Nesse mesmo sentido, poderíamos acrescentar ainda que, entre as

comunidades que fazem parte da Rede Batuc, a Terra Indígena de Coroa Vermelha, onde está localizada a Reserva Pataxó da Jaqueira, é “[...] um lugar extremamente fértil para o estudo do turismo em Terras Indígenas no Brasil, devido ao fato de a TI Coroa Vermelha ser palco de constantes negociações entre o etnoturismo e o turismo de massas [...]”. (COSTA, 2020, p. 24) A seguir, descreveremos brevemente as atividades etnoturísticas da Reserva da Jaqueira destacando aspectos do seu trabalho de afirmação da cultura Pataxó, na medida em que buscaremos apontar suas contribuições para o Turismo da Bahia e os aspectos da sua participação na Rede Batuc desde 2020.

A RESERVA PATAXÓ DA JAQUEIRA: AUTOGESTÃO PARA A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Situada no Extremo Sul da Bahia, a Reserva Pataxó da Jaqueira está localizada na gleba B da Terra Indígena de Coroa Vermelha, em uma Área de Proteção Permanente de 827 ha de Mata Atlântica preservada. A Reserva Pataxó da Jaqueira é uma iniciativa de preservação da Mata Atlântica e afirmação cultural do povo Pataxó através do etnoturismo, fundada em 1998 pelas irmãs Nitynawã Pataxó, Jandaya Pataxó e Nayara Pataxó. Trata-se de uma comunidade formada por aproximadamente 30 famílias, que residem em uma aldeia situada dentro dos limites da Reserva. Entre as atrações turísticas da Jaqueira estão a trilha ecológica, as palestras educativas de cultura, as apresentações culturais como o ritual do Awê, os jogos Pataxó, a degustação do peixe na folha de patioba, o kijeme³ de artesanatos indígenas onde o turista tem a oportunidade de comprar artesanatos Pataxó e o Museu Indígena comunitário, que mais recentemente passou a ser designado Casa de Memória Pataxó.

-
- 3 Casa, em tradução livre do Patxohã. O kijeme de Artesanatos é o local onde as famílias comercializam artesanatos indígenas. É uma grande estrutura circular erguida com toras de eucalipto e coberta com feixes de piaçava. O kijeme é uma construção/habitação tradicional do povo Pataxó.

No que concerne à autogestão da atividade turística⁴ da Jaqueira, aspecto para o qual gostaríamos de chamar atenção por ser uma das características marcantes das iniciativas autônomas em turismo comunitário (MALDONADO, 2019 apud LEÃO, 2016), nada mais conveniente à discussão do que começar esta seção citando a monografia de uma das lideranças fundadoras da Reserva da Jaqueira, Nitynawã Pataxó, intitulada *Histórias da Reserva da Jaqueira: experiências de autogestão em etnoturismo* (2018). Na passagem a seguir, a autora compartilha o que o território da Reserva representa para si e para a comunidade:

A Reserva da Jaqueira é um lugar sagrado para o povo Pataxó. Todos que aqui chegam sentem a força espiritual, porque este lugar está associado às nossas crenças, valores que herdamos de nossa ancestralidade, nosso patrimônio material e imaterial, dentro do nosso contexto histórico e cultural. Neste lugar sagrado, temos vivenciado grandes aprendizados. Experiências de nossas ancestralidades, principalmente ao lado dos anciãos nessa floresta e os jovens e as crianças aprendendo brincando, participando das atividades do dia a dia, com liberdade e alegria. (PATAXÓ, 2018, p. 16-17)

Este trecho é interessante porque nos aponta para noções como “lugar sagrado”, “ancestralidade”, e “patrimônio cultural”, elementos constitutivos da cultura Pataxó. A atividade turística aparece não como uma finalidade, não como a razão de ser da Reserva da Jaqueira, mas como um meio que possibilita a manutenção do modo tradicional de viver do povo Pataxó:

É o lugar onde podemos vivenciar e transmitir a nossa cultura e reverenciar a natureza, em completa conexão

.....
4 A autogestão do negócio turístico no campo do TBC “[...] implica na participação de seus membros em todas as etapas operacionais da atividade, sem excluir a colaboração com atores externos, nomeadamente ONG, universidades, governo, entre outros”. (MALDONADO, 2009 apud LEÃO, 2016)

do Sagrado (divino) com o Ser Indígena, nos fortificando cada vez mais em nossos rituais sagrados. Buscamos respeitar e vivenciar os valores que os nossos mais velhos nos deixam; como nossas danças, pinturas, histórias, os rituais, comidas e bebidas tradicionais e conhecimentos da medicina tradicional do nosso povo Pataxó, nos religar a Niamisu, nos dando forças para viver como comunidade indígena. (PATAXÓ, 2018, p. 17)

Uma característica potente e singular do modelo de autogestão da Reserva da Jaqueira é o modo como os membros da comunidade local não só participam ativamente de todas as etapas da operação turística, como também conciliam as atividades cotidianas da vida na aldeia – como preparar alimentos, fiscalizar a mata e cuidar das crianças – com as atividades turísticas, de forma horizontal e colaborativa, levando em consideração “a habilidade e conhecimento de cada membro da comunidade”:

É importante dizer que dividimos nossas tarefas entre homens e mulheres, conforme a habilidade e conhecimento de cada membro da comunidade. Temos, portanto, o compromisso coletivo de fiscalizar a mata três vezes por semana, a fim de garantir nossa segurança e evitar a caça e retirada de madeira. Algumas mulheres ficam responsáveis pelo preparo da comida de todo o grupo, enquanto desenvolvemos as atividades referentes aos demais trabalhos visando a recepção dos turistas, que inclui pessoas responsáveis por fazer o revezamento no portal de entrada e uma para acompanhar os visitantes no trajeto até o kijeme de palestras; a caminhada na trilha com os visitantes e a palestra, que consiste em contar a história da Reserva e os costumes do nosso povo. (PATAXÓ, 2018, p. 19-20)

É bem verdade que o ritmo da atividade turística por vezes se impõe sobre a rotina da comunidade, sobretudo em épocas de alta estação (entre dezembro e fevereiro), quando o fluxo de turistas é

consideravelmente maior do que no resto do ano. Por outro lado, o horário de visitação é bem definido pela comunidade, sendo das 8h às 14h. Quando as atividades turísticas se encerram, a comunidade pode então se dedicar a atividades internas como reuniões das mais diversas, produção de artesanato, pequenos reparos de manutenção e cuidado do viveiro de mudas, eventos da comunidade ou simplesmente ao convívio social. Essas atividades, com frequência se intercalam a banhos de rio, partidas de futebol no campo da aldeia, resenhas à beira da fogueira etc. Diferentemente da separação entre trabalho/lazer característica da nossa lógica de trabalho ocidentalizada, no modelo de turismo comunitário da Reserva as atividades de lazer não ficam reservadas para os dias de folga, mas fazem parte da dinâmica da convivência cotidiana. Em sua tese sobre a construção da autoria entre o povo Pataxó, César (2011) observa que

a maioria das pessoas que trabalham na Reserva da Jaqueira desenvolve um trabalho de educação ambiental e revitalização da cultura e língua pataxó, tendo principalmente como referência os conhecimentos adquiridos com os pataxó mais velhos. Para isso, investe na pesquisa dessa memória para prover o conhecimento que buscam na tradição oral. (CESAR, 2011, p. 137)

Aliás, dentro da Reserva há uma escola indígena, que atende às crianças da comunidade, da educação infantil ao ensino fundamental. Os professores são da própria comunidade. O cacique da aldeia, Syratã Pataxó, concilia a liderança da aldeia com a sala de aula, onde é professor de patxohã – o idioma Pataxó que vem sendo retomado pelo povo desde o final dos anos 1990. A educação escolar intercultural indígena e o ensino do patxohã na rede pública das escolas indígenas da TI da Coroa Vermelha é uma importante conquista para o povo Pataxó.

Outro importante equipamento educacional e de inestimável relevância cultural é o Museu Indígena Comunitário da Reserva da Jaqueira, inaugurado no ano de 2018. A Casa de Memória, como tem

sido chamada mais recentemente, é gerida e mantida pela própria comunidade. O acervo é de autoria de artistas e artesãos proeminentes na cena de Arte Indígena Pataxó Contemporânea e expõe peças produzidas com diferentes técnicas artesanais tradicionais do povo Pataxó: cerâmicas, cestarias, esculturas em madeira, adereços e artefatos tradicionais de pesca e caça. Além da arte tradicional considerada antiga, o museu expõe obras contemporâneas do artista e curador do espaço Oiti Pataxó, a exemplo de telas pintadas a óleo e uma sequência de dez esculturas de cimento que contam a história do nascimento do Brasil do ponto de vista Pataxó.

Muito mais do que um atrativo turístico, a Casa de Memória Pataxó representa o esforço da comunidade em manter viva a sua cultura, a sua ancestralidade e os seus patrimônios culturais. Talvez valha a pena abrir parênteses para fazer uma breve consideração acerca da ideia de patrimônio; ele pode ser entendido como algo que possui significado e importância histórica, artística, cultural, ou documental para um povo. Trata-se também, de acordo com Gonçalves (2009), de um “fato social” de perspectiva durkheimiana, “na medida em que envolve arquitetura, culinária, música, religião, rituais, técnicas, estética, regras jurídicas, moralidade etc.”. (GONÇALVES, 2009, p. 29) Bens patrimoniais são símbolos impregnados de memória, a exemplo dos artefatos e das práticas levadas a cabo pelo povo Pataxó que são compartilhadas cotidianamente com os visitantes e, na medida em que isso acontece, essa memória se fortalece, pois o que determina a sua validade é o seu significado e o seu lugar histórico e social. Em última análise, é possível afirmar que somente os registros memoriais podem reconhecer e conferir a um bem o caráter de patrimônio, tarefa que tem sido posta em prática cotidianamente no âmbito da atividade turística.

Os turistas, logo que chegam à Reserva, são recepcionados por um guia indígena que lhes dá uma palestra sobre a história de luta e as ricas tradições resistentes do povo Pataxó, em um nítido movimento de promover a educação étnico-racial dos turistas. Quando chegam

para visitar o Museu, outro guia oferece uma segunda palestra, desta vez voltada para a descrição dos objetos, suas respectivas técnicas tradicionais de feitura e suas histórias, em um nítido exercício de valorização do patrimônio cultural Pataxó. Em última análise, os Pataxó estão se valendo da experiência turística para sensibilizar não indígenas acerca das suas pautas de luta, mas também para desconstruir o imaginário da maioria desses visitantes, que chegam, muitas vezes, cheios de preconceito e visões estereotipadas e deturpadas acerca dos povos indígenas de hoje. (COSTA, 2020)

O ETNOTURISMO DA JAQUEIRA: UMA REFERÊNCIA EM TBC PARA O TURISMO NA BAHIA

Os reflexos da atividade turística bem sucedida da Reserva da Jaqueira se estendem para além dos limites da atuação local da comunidade, uma vez que é notória a importância da atividade turística da Reserva para os destinos turísticos de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália – a Reserva está situada entre ambos os municípios. Em entrevista concedida em 2019, o cacique da Reserva da Jaqueira, Syratã Pataxó afirma que “metade dos turistas que chegam a Porto Seguro hoje visitam a Reserva da Jaqueira. Eles são bem recebidos e saem falando bem da cidade, que aqui tem Reserva Indígena. Então, Porto Seguro nos deve muito”. (COSTA, 2020, p. 60) O seguinte excerto etnográfico descrito por Costa ilustra este aspecto:

[...] na Reserva da Jaqueira, todos os artefatos de madeira pirogravados ostentam grafismos Pataxó e indicam a identidade do lugar: ‘Reserva Pataxó da Jaqueira’ [...] Nitynawã me confessou, certa vez, que preferia gravar a frase no verso do artefato, porque, muitas vezes, a peça já está cheia de desenhos. Ela falou em forma de desabafo, enquanto pirogravava uma linda tigela com grafismos; quando terminou, passou a gravar os dizeres ao lado do desenho, dizendo ‘não gosto de gravar o nome na frente [...] que acho que tira a beleza do trabalho [...]’ Logo em seguida, ela explica

o motivo: ‘mas o turista prefere assim [...]’. Isso demonstra o nível de prestígio que a Reserva da Jaqueira alcançou na região ao longo dos anos mediante seu trabalho de afirmação cultural. Os turistas que a visitam querem ter lembranças que tragam ostensivamente os dizeres ‘Reserva Pataxó da Jaqueira’ nelas. (COSTA, 2020, p. 66)

A retomada da Coroa Vermelha e a criação da Reserva da Jaqueira podem ser consideradas marcos decisivos no sentido da preservação da memória Pataxó e da valorização do seu patrimônio cultural e da sua história. Nesse sentido, deixa ver como a atividade turística, quando realizada pelas comunidades de forma autônoma, organizada e autogestionada, pode ser convertida em um potente instrumento catalisador da mudança social, da afirmação da cultura e da promoção da autoestima das comunidades receptoras.

Nesse processo criativo desenvolvido e articulado pelos Pataxó, a prática do turismo é utilizada como mote para revitalização e fortalecimento da própria cultura, seja para os visitantes, seja entre as diversas comunidades Pataxó da região. Além disso, também evidencia como o turismo pode ser utilizado como um meio de visibilidade e fala de grupos subalternizados.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a experiência da Reserva da Jaqueira se configura como uma das pioneiras no etnoturismo no Brasil, bem como do turismo comunitário não apenas na Bahia, como também em nível nacional, servindo de referência para outras comunidades indígenas e não indígenas. (VIEIRA; BENEVIDES; SÁ, 2021) A partir disso, a sua inserção na Rede Batuc vem somar esforços num movimento de luta organizada pela inserção dos sujeitos marginalizados no processo de desenvolvimento turístico. Luta esta que vem sendo empreendida por diferentes grupos com atuação em realidades geográficas e temporais diversas no estado da Bahia, o que faz com que a principal singularidade da rede seja a atuação geográfica em nível estadual e a diversidade de práticas que abrange o turismo religioso, de lazer, étnico, cultural, gastronômico etc. De modo que o

intercâmbio e aprendizado mútuo entre as comunidades que fazem parte da Rede se constituem como uma das principais estratégias para o protagonismo das iniciativas e lideranças que promovem o turismo comunitário em seus territórios.

Essa diversidade presente na Rede Batuc tem aumentado a partir da adesão de cada nova comunidade e se constitui em um exercício de alteridade, não apenas para fora, mas também dentro da própria rede, onde as múltiplas identidades são evocadas como elemento autoempoderamento. É neste sentido que Hall (2003) aponta para o valor estratégico dos discursos de identidade em um movimento que parece paradoxal, ao focar sempre o jogo da diferença, a *différance*, a natureza intrinsecamente hibridizada de toda identidade e das identidades diaspóricas em especial. O paradoxo se desfaz quando se entende que a identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada.

Tomando como base esta premissa, atenta-se para um processo de reinvenção do turismo e das próprias comunidades que optam pela prática da atividade. Nesse sentido, seus frutos não são medidos apenas em função do retorno financeiro que propicia, mas, principalmente, em relação ao “capital cultural” que produz e agrega àquela sociedade em que se desenvolve. É possível perceber nessas comunidades a formação de um aguçado senso de preservação e preocupação com a realização permanente de um exercício de reflexão sobre os processos culturais envolvidos na sua própria dinâmica funcional e na sua respectiva trajetória histórica. Como reflexo, tem-se a formação de indivíduos conscientes dos diversos aspectos de sua tradição cultural e engajados no pleno exercício de sua cidadania, tanto do ponto de vista regional quanto global, sobretudo entre os membros mais jovens.

Leal (2007, p. 24) contribui para o entendimento desta questão reforçando que

a etnicidade que vem sendo reconstruída pelos povos indígenas passa a ser o lugar em que se emergem identidades

capazes de possibilitar a participação e a convivência com o turismo, sendo o resultado das relações dos povos indígenas no contexto das transações comerciais globais. E por isso, não podem ser vistas como inautênticas, já que resultam de ações criativas dos próprios grupos. O que há são elaborações e produções de novos signos destinados ao contato turístico, com zonas de visibilidade cultural acionadas de acordo com as necessidades das etnias, que são mecanismos que ocultam ou exibem aspectos da sua tradição para superar as contradições viabilizadas pela convivência. (LEAL, 2007, p. 24)

Nesse sentido, a despeito das investidas dos agentes do turismo convencional, observa-se um movimento contra hegemônico, no qual muitas comunidades têm se apoderado justamente do turismo como estratégia para afirmação de modos de vida tradicionais, visibilização de problemas relacionados ao seu próprio cotidiano e outras questões relacionadas aos direitos territoriais que permeiam a vida em comunidade. O Turismo de Base Comunitária,

[...] como contraponto aos modelos corporativos do tudo incluído/all inclusive, desenraizados dos espaços comunitários e das relações com as populações, parece ter potencial para estimular as relações horizontais, pela via da participação das comunidades, o que impele ao surgimento de novos sujeitos políticos, como protagonistas dos seus processos de decisão, controle e gestão do seu patrimônio natural, cultural, econômico e social. (LEÃO, 2016, p. 650)

A partir desse contexto é preciso atentar para o fato que a atividade turística não se limita a hospedar o turista e gerar novos empregos, mas se configura como uma atividade capaz de evidenciar dinâmicas sociais existentes, frutos de processos históricos, e colocar em movimento novos processos de inter-relações envolvendo os residentes que, em última instância, reflete em como estes atores percebem e interagem com o espaço vivido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na esfera do turismo, a participação popular enquanto movimento organizado, muitas vezes, carece de meios e ferramentas para se fazer atuante. Assim se faz necessária uma postura ativa por parte da sociedade civil, sendo fundamental a criação de mecanismos para que a população dos locais turísticos exerça uma maior participação não apenas escutando, mas sim expondo suas ideias e opiniões, bem como estabelecendo critérios para a organização do espaço e da atividade turística. Embora pareça utópico, há casos em que a participação popular consegue driblar o poder hegemônico dos principais atores no processo de desenvolvimento de um turismo predatório.

Entre estes atores estão movimentos sociais, comunidades, organizadores de viagens, operadores de comércio justo, de economias solidárias, organizações ambientais e da sociedade civil, universidades, todos empenhados na tarefa de encontrar outros caminhos para o desenvolvimento predatório e excludente. Assim, a partir do desenvolvimento de políticas e práticas de autogestão, comunidades pesqueiras, indígenas, quilombolas, agrícolas, periféricas têm se constituído como núcleos receptores de turismo a partir de uma ótica que contrapõe a visão do turismo convencional. Essas comunidades, que muitas vezes iniciam projetos de forma empírica e experimental, têm se tornado cada vez mais organizadas, articuladas e em expansão no mercado turístico, por meio de redes do turismo comunitário. Essas redes de turismo comunitário vêm surgindo e ganhando cada vez mais projeção nos últimos anos, sobretudo no contexto brasileiro e da América Latina.

O caso da Reserva da Jaqueira é emblemático desta realidade, pois diante de um cenário de inevitável expansão turística, o povo Pataxó demonstrou sua capacidade de resistência e reinvenção ao desenvolver um projeto que aliando educação ambiental, fortalecimento e valorização de sua cultura e, também, como uma forma de incrementar a renda. Além disso, esse também tem sido um projeto

político, que ao longo dos anos vem articulando outras comunidades Pataxó em torno da prática autogestionada do turismo e tem se inserido em diversos espaços de diálogo e tomada de decisão acerca do turismo. Sendo espaços formais, como as instâncias de governo (ministérios, secretarias, câmaras temáticas) e universidades, ou ainda espaços emergentes, como as redes de turismo solidário e comunitário, a exemplo da Rede de Turismo Étnico Indígena e a Rede Batuc.

Por fim, cabe ressaltar que, por entender que a atividade turística não deve se constituir como única fonte de subsistência, as atividades turísticas comunitárias são associadas às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, constituindo a chamada produção associada ao turismo. Assim, a oferta de visitação consiste como mais uma opção de subsistência para a comunidade, o que pode colaborar para trazer mais autonomia para o território, visibilidade e reconhecimento mais amplo, permitindo ainda que, a partir do contato dos visitantes com a comunidade, sejam desconstruídos alguns estereótipos adquiridos especialmente por pessoas que possuem pouco ou nenhum contato com a cultura visitada.

REFERÊNCIAS

CESAR, A. L. S. *Lições de Abril: a construção da autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha*. Salvador: Edufba, 2011.

COSTA, A. A. da S. *Tecendo o viver sossegado: as artes de resistência da Reserva Pataxó da Jaqueira*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, 2020. Disponível em: <https://sig.ufsb.edu.br/sigaa/verArquivo?idArquivo=417512&key=bd5b1b4fc653492cf81efa0a4d92dc13>. Acesso em: 10 nov. 2021

COUSIN, S.; APCHAIN, T. Turismo e antropologia: um tango da alteridade. In: RAMIRO, P. A. (org.). *Antropologia e turismo: coletânea franco-brasileira*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 13–40. Disponível

em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/585>. Acesso em: 12 nov. 2021.

GONÇALVES, J. R. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HALL, S. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Unesco, 2003. p. 25–50.

LEAL, R. E. da S. O turismo em terras indígenas sob o ponto de vista antropológico. *Caderno Virtual de Turismo*, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 17–25, 2007. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/204>. Acesso em: 27 fev. de 2021.

LEÃO, C. V. de M. Turismo de base comunitária: outras economias na mira da emancipação social. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 644–667, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/116532>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25–44. Disponível em: http://www.each.usp.br/turismo/livros/turismo_de_base_comunitaria_bartholo_sansolo_burszty.pdf. Acesso em: 27 fev. 2021.

NEVES, S. C. *A apropriação indígena do turismo: os Pataxó de Coroa Vermelha e a expressão da tradição*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4945117/mod_resource/content/1/AAproprioIndgenadoTurismo_OsPataxdeCoroaVermelhaeExpressodaTradio.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

NEVES, S. C. O problema da mudança cultural e o papel do Turismo ou o que podem ensinar os índios sobre economia. *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 1–13, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/48299>. Acesso em: 10 nov. 2021

PATAXÓ, A. N. *Histórias da Reserva da Jaqueira: experiências de autogestão em etnoturismo*. Monografia de Licenciatura Intercultural

Indígena, Habilitação em Ciências Humanas. Instituto Federal da Bahia, Porto Seguro, 2018.

RAMIRO, P. A. (org.). *Antropologia e turismo: coletânea franco-brasileira*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2019. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/585>. Acesso em: 12 nov. 2021.

VIEIRA, S.; BENEVIDES, C. M. de J.; SÁ, N. S. C. de. Turismo em comunidades tradicionais da Bahia: desafios e perspectivas. *Turismo e Sociedade*, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 42-66, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/80364>. Acesso em: 27 fev. 2021.